**Teoria do Discurso: uma aposta teórico-metodológica nos estudos curriculares**

Rafaela de Sousa Paiva – UERJ e TBS

**Resumo**

A presente discussão que realizo neste trabalho tem como propósito discorrer sobre a adoção da Teoria do Discurso nas pesquisas curriculares educacionais. É importante destacar que a escolha por essa estratégia teórico-metodológica é desafiadora para os pesquisadores, porque rompe com a noção tradicional de concepção epistemológica de empiria, além de que esta é uma teoria política. Entretanto, essa forma de conceber a pesquisa/os estudos não podem ser excluídas, definitivamente, da possibilidade de ser trabalhada no campo educacional. O enforque pós-estruturalista é potente porque propícia o debate, a tecitura de reflexões acerca dos estudos curriculares. Sendo assim, optar pela abordagem discursiva demanda renunciar a uma possível confirmação ou solução de problemas ou verdade absoluta.

**Palavras Chaves: Teoria do Discurso, Currículo, Abordagem discursiva, Pós-estruturalismo.**

A discussão que empreendo neste trabalho consiste em discorrer sobre a adoção da Teoria do Discurso e de como e porque são incorporadas nas pesquisas curriculares educacionais. Este texto inicia seu percurso navegando, ainda que de maneira superficial, pela Teoria do Discurso, entendendo-a como produção discursiva e que está inserida na perspectiva pós estruturalista (LOPES, 2018; OLIVEIRA, 2018).

A adoção da perspectiva pós-estruturalista é um grande desafio para os pesquisadores que adotam essa estratégia teórico-metodológica, pois

“uma das principais dificuldades em adotar uma perspectiva pós-estruturalista, está na análise empírica de fenômenos sociais, inclusive no campo da educação, está associada ao fato de que a articulação coerente dessa abordagem implica, necessariamente, na realização de uma (auto)crítica sobre a própria concepção epistemológica de empiria dominante nas ciências modernas. Em grande medida, a virada epistemológica que caracteriza e lastreia o surgimento da própria noção de ciência, em seu sentido moderno, fundamenta-se na busca de um “[...] acesso imediato às coisas mesmas” (Laclau 2005, p. 80), ou seja, do conhecimento de uma objetividade extradiscursiva que vem a ser problematizada pelo pós-estruturalismo. A teoria pós-estruturalista do discurso, nesse sentido, rejeita radicalmente a possibilidade de tal acesso e afirma vigorosamente que não só o conhecimento, mas a própria realidade investigada pela ciência é produzida discursivamente, que é inevitavelmente atravessada pelos condicionantes e mecanismos próprios do campo simbólico e político da linguagem. (OLIVEIRA; OLIVEIRA; MESQUITA, 2013, p. 1329).

Através dessa aposta teórico-metodológica, são reveladas possibilidades como, por exemplo, a de buscar por articulações. Estas podem ser abaladas e postas sob a condição de precariedade (LOPES, 2018). O entendimento de precariedade revela a perspectiva da impossibilidade de fechar completamente as possibilidades de significação. Sendo assim, os processos de significação são sempre transitivos e estão sob a condição de negociação (DESTRO, 2019, MELO; OLIVEIRA, 2020).

Diante de um contexto que se aproxima com as tradições que contemplam em o significante “pós” em sua nomenclatura, foram viabilizadas aos pesquisadores do “campo da educação recursos conceituais e interpretativos importantes para investigar[...] mesmo que de forma marginal e/ou clandestina – nos contextos educacionais” (OLIVEIRA; OLIVEIRA; MESQUITA, 2013, p. 1328). Expor que a apropriação é marginal e/ou clandestina consiste na compreensão de que esta forma de conceber a pesquisa não tem relações “reais” com o campo da educação, tampouco do currículo, pois se trata de uma teoria política (LOPES, 2018). Entretanto, essa abordagem não pode ser excluída, definitivamente, da possibilidade de ser trabalhada no campo educacional. Por isso, é importante salientar que as apostas de Lopes e Macedo (2011) e de tantos outros autores, ganharam um enforque pós-estruturalista para debater, tecer reflexões e promover os estudos curriculares (LOPES; MACEDO, 2011; LOPES, 2013; 2018; OLIVEIRA; OLIVEIRA; MESQUITA, 2013).

A concepção de que o social é estabelecido pela linguagem, de que os sujeitos e as identidades são compostos pelo enunciado relacional e arbitrário entre significante e significado é uma noção linguística defendida por Saussure e é, de maneira geral, conhecida como virada linguística. No que diz respeito à ruptura do signo, Derrida foi um dos autores que se dedicou nessa direção. Diante disso, “Derrida demonstra que Saussure se baseia na ilusão de que o significado de um significante possa ser algo além de outro significante” (LOPES, 2018, p. 138). Quero ressaltar que considero importante fazer uma abordagem, ainda que superficial, das contribuições de Derrida e Saussure, pois é uma abordagem que contém um “esfalecimento discursivo que rompe com as fronteiras entre interior e exterior dos discursos” (LOPES, 2018, p. 138).

Fundamentada sob os estudos de Lopes (2015; 2018), tenho o entendimento de que (apesar da análise empírica ser uma dificuldade) a construção empírica pode ser concebida por artigos, que assuem o caráter de textos, “uma vez que são submetidos à interpretação mediada pela linguagem” (LOPES, 2018, p. 138). O acontecimento da leitura/escrita ocorre e estas, por sua vez, são produtoras de significados, sujeitos e identidades contextuais (LOPES; MACEDO, 2011; LOPES, 2013; 2018; OLIVEIRA, 2018). Ressalto que o processo de leitura releva a expectativa de uma leitura singular/exclusiva, seja ela referente a um texto acadêmico, científico ou normativo. Entretanto, tomando como base o pensamento de Lopes (2018), que “nenhum texto, nem mesmo o texto da lei que toda via sonha com isso, prescreve uma leitura inevitável” (LOPES, 2018, p. 134).

Desse modo, considero importante esclarecer que a aposta na perspectiva discursiva, especificamente na Teoria do Discurso, está sustentada no entendimento de que há a

impossibilidade de compreensão plena de um significado dos textos (qualquer texto) concerne tanto à precariedade dos contextos, [...] quanto à incompletude das identificações dos sujeitos[...]. A compreensão de impossibilidade é da ordem da flutuação de sentidos nos significantes (LOPES, 2018, p. 134).

Assumir o caráter da impossibilidade de compreensão plena e da ordem da flutuação, é entender que as pesquisas

referenciadas na Teoria do Discurso não têm como proposta a conformação ou refutação de hipóteses teóricas, buscando a formulação de leis ou mecanismos causais explicativos, e nem podem simplesmente basear-se na aplicação de uma metodologia padronizada como se garantisse a produção de dados verdadeiros. As pesquisas em perspectiva discursiva são, por princípio, guiadas por um problema reconhecido na própria realidade. (OLIVEIRA, 2018, p. 170 -171).

O entendimento sobre a Teoria do Discurso está ligado à tradição de reflexões e debates que compartilham o mesmo referencial analítico e que, a partir desse referencial, buscam construir discursos contingentes e contextualizados sobre os processos sociais observados. (OLIVEIRA; OLIVEIRA; MESQUITA, 2013, p. 1331). Este breve estudo aponta sobre a existência da incompletude dos processos de significação. Entender tal incompletude é assumir que, em um estudo, a impossibilidade de incorporar todos os contextos possíveis diz respeito à incapacidade de se lidar com os deslocamentos incessantes na significação (CUNHA; COSTA; PEREIRA, 2016). Defronte da incompletude e da incapacidade, destaco a existência da impossibilidade de controle ou de fixação dos sentidos (MELONI; LOPES, 2020).

Por fim, a Teoria do Discurso, desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, incorporada por Lopes e Macedo nos estudos curriculares educacionais, é considerado um referencial produtivo no campo da educação por diversos autores do campo do currículo (PEREIRA, 2011; CUNHA, 2015; OLIVEIRA, 2016; SANTOS, 2017; COSTA, 2018). Optar pela abordagem discursiva demanda renunciar a uma possível confirmação ou solução de problemas ou verdade absoluta. Exige ainda em abraçar a busca por reconfigurar o campo sobre o qual se debruça.

Referências

COSTA, Hugo Heleno Camilo. O conhecimento como resposta curricular à alteridade. 223f. Tese (Doutorado em Educação) – UERJ, Rio de Janeiro, 2018.

CUNHA, Érika Virgílio. Política curricular de ciclos como o nome da democracia: o caso de Rondonópolis (MT). 254 f. Tese (Doutorado em Educação) – UERJ, Rio de Janeiro, 2015.

CUNHA, Érika Virgílio; COSTA Hugo Heleno; PEREIRA, Talita Vidal. Textualidade, currículo e investigação, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 185-193, maio./ago. 2016.

DESTRO, Denise de Sousa. Disputas políticas pela Educação Física escolar na Base Nacional Comum Curricular. 290 f. Tese (Doutorado em Educação) – UERJ, Rio de Janeiro, 2019.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Teorias de Currículo. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Alice Casimiro. Teorias pós-críticas, política e currículo. Educação, Sociedade & Cultura, n. 39, p. 7-23, 2013.

LOPES, Alice Casimiro. Por um currículo sem fundamentos. Linhas Críticas, v. 21, n. 45, p. 445-466, maio/ ago. 2015.

LOPES, Alice Casimiro. Políticas de currículo em um enfoque discursivo: notas de pesquisas. In: LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luiza A. R. Martins de; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de. (Org.). A Teoria do Discurso na pesquisa em Educação. Recife: UFPE, 2018. p. 133-168.

MELO, George Souza de.; OLIVEIRA, Anna Luiza A. R. Martins de. Quando o currículo se torna passarela para a diferença. Educ. Rev., Curitiba v.36, 2020 Epub Dec 01, 2020.

MELONI, Reginaldo Alberto. LOPES, Alice Casimiro. Produção de Sentidos pelas Imagens em Livros Didáticos de Química. Ciênc. educ. (Bauru) 26, 2020. https://doi.org/10.1590/1516-731320200052

OLIVEIRA, Gustavo Gilson; OLIVEIRA, Anna Luiza; MESQUITA, Rui Gomes de. A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe e a Pesquisa em Educação. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1327-1349, out./dez. 2013. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu\_realidade.

OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de. Provocações para aguçar a imaginação/invenção analítica: aproximações entre a teoria política do discurso e análise do discurso em educação. In: LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna. Luiza. A. R. Martins de; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de (Orgs.). A teoria do discurso na pesquisa em educação. Recife: UFPE, 2018. p. 169-216.

OLIVEIRA, Marcia Betania. Ensino médio noturno na região Assu-Mossoró (RN): o que significa ser diferenciado? 259 f. Tese (Doutorado em Educação) – UERJ, Rio de Janeiro, 2016.

PEREIRA, Talita Vidal. Tradição e inovação: sentidos de currículo que se hibridizam nos discursos sobre o ensino de ciências nos anos iniciais do ensino fundamental. Rio de Janeiro. 197 f. Tese (Doutorado em Educação) - UERJ, 2011.

SANTOS, Geniana dos. “O meu aluno não lê”: sentidos de crise nas políticas curriculares para a formação em leitura. 235 f. Tese (Doutorado em Educação) – UERJ, Rio de Janeiro, 2017.